

# **Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2023 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

#### *Demonstração do valor adicionado*

A demonstração do valor adicionado - DVA, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação está sendo realizada de forma voluntária, foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about)

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

## **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.  
Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 13 de maio de 2024

*Deloitte Touche Tohmatsu*

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA

*Paulo Ferreira Silveira*

Paulo Ferreira Silveira  
Contador

CRC nº 1 BA 028799/O-3

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

**BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/23	31/12/22	PASSIVOS E PATRIMONIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/23	31/12/22
<b>ATIVOS CIRCULANTES</b>				<b>PASSIVOS CIRCULANTES</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	57.290	39.077	Fornecedores	12	17.247	18.760
Contas a receber	6	29.476	27.030	Impostos a recolher		35.080	40.543
Estoque		3.848	4.200	Financiamento	13	17.327	27.768
Impostos a recuperar	7	6.512	12.396	Obrigações trabalhistas	14	13.558	9.449
Partes relacionadas	15	36.577	28.729	Repasse para terceiros		84	824
Adiantamentos diversos		2.070	4.150	Partes relacionadas	15	20.131	19.936
Despesas antecipadas	89	1.791	2.896	Adiantamento de clientes		10.253	4.892
Total dos ativos circulantes		<u>137.564</u>	<u>118.478</u>	Provisão para manutenção técnica	16	2.470	2.470
				Outras contas a pagar		<u>13.545</u>	<u>13.304</u>
				Total dos passivos circulantes		<u>129.695</u>	<u>137.946</u>
<b>ATIVOS NÃO CIRCULANTES</b>				<b>PASSIVOS NÃO CIRCULANTES</b>			
Depósito judicial		11.504	11.298	Financiamento	13	439.359	445.629
Outros ativos	9	64.343	-	Impostos diferidos	24	40.388	42.600
Fundo restrito	13 (iv)	26.912	24.421	Provisão para manutenção técnica	16	24.606	16.436
Imobilizado	10	1.306	874	Outorga da concessão a pagar	17	3.294	2.934
Intangível	11	1.794.402	1.804.875	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	18	6.073	4.919
Total dos ativos não circulantes		<u>1.898.467</u>	<u>1.841.468</u>	Total dos passivos não circulantes		<u>513.720</u>	<u>512.518</u>
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social	19.1	1.146.605	1.146.605
				Reserva de capital	19.2	(14.655)	(14.655)
				Reserva de lucros	19.3	220.666	153.184
				Dividendos adicionais propostos	19.4	40.000	24.348
				Total do patrimônio líquido		<u>1.392.616</u>	<u>1.309.482</u>
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<u><b>2.036.031</b></u>	<u><b>1.959.946</b></u>	<b>TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u><b>2.036.031</b></u>	<u><b>1.959.946</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/23	31/12/22
<b>RECEITA DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>			
Receita líquida operacional	20 (a)	255.226	212.504
Receita de construção	20 (b)	<u>16.105</u>	<u>14.144</u>
		271.331	226.648
<b>CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>			
Custo operacional	21 (a)	(145.626)	(139.875)
Custo de construção	21 (b)	<u>(16.105)</u>	<u>(14.144)</u>
LUCRO BRUTO		109.600	72.629
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Despesas gerais e administrativas	22	(35.729)	(27.230)
Despesas com vendas	22	5.678	(2.791)
Outras receitas (despesas) operacionais	22.1	<u>70.559</u>	<u>239.074</u>
		40.508	209.053
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		150.108	281.682
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>			
Receitas financeiras	23	15.558	17.028
Despesas financeiras	23	<u>(37.662)</u>	<u>(76.259)</u>
		(22.104)	(59.231)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		128.004	222.451
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>			
Correntes	24	(44.996)	(29.827)
Diferidos	24	2.212	(48.493)
Incentivo fiscal SUDENE	24	<u>23.060</u>	<u>11.851</u>
		(19.724)	(66.469)
LUCRO DO EXERCÍCIO		<u>108.280</u>	<u>155.982</u>
Lucro por ação básico e diluído (em Reais - R\$)	27	0,0944	0,1360

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro do exercício	<u>108.280</u>	<u>155.982</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>108.280</u></u>	<u><u>155.982</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Capital social	Reserva de capital		Reserva de lucro		Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucro acumulado	Patrimônio líquido
			Custo na emissão de ações	Transações de capital	Reserva legal	Reserva de incentivo fiscal				
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>1.146.605</u>	<u>(3.804)</u>	<u>(10.851)</u>	<u>1.147</u>	<u>12.418</u>	<u>-</u>	<u>9.348</u>	<u>-</u>	<u>1.154.863</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	155.982	155.982
Destinação do lucro do exercício:										
Constituição de reserva legal	19.3.1	-	-	-	7.799	-	-	-	(7.799)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	19.3.2 e 24	-	-	-	-	11.851	-	-	(11.851)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	19.4	-	-	-	-	-	-	-	(1.363)	(1.363)
Dividendos adicionais propostos	19.4	-	-	-	-	-	-	15.000	(15.000)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	-	119.969	-	(119.969)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>1.146.605</u>	<u>(3.804)</u>	<u>(10.851)</u>	<u>8.946</u>	<u>24.269</u>	<u>119.969</u>	<u>24.348</u>	<u>-</u>	<u>1.309.482</u>
Dividendos pagos	19.4							(24.348)	-	(24.348)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	108.280	108.280
Destinação do lucro do exercício:										
Constituição de reserva legal	19.3.1	-	-	-	5.414	-	-	-	(5.414)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	19.3.2 e 24	-	-	-	-	23.060	-	-	(23.060)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	19.4	-	-	-	-	-	-	-	(798)	(798)
Dividendos adicionais propostos	19.4	-	-	-	-	-	-	40.000	(40.000)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	-	39.008	-	(39.008)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		<u>1.146.605</u>	<u>(3.804)</u>	<u>(10.851)</u>	<u>14.360</u>	<u>47.329</u>	<u>158.977</u>	<u>40.000</u>	<u>-</u>	<u>1.392.616</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/23	31/12/22
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro líquido do exercício		108.280	155.982
Ajustes para conciliar o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Impostos sobre o lucro correntes e diferidos	24	42.784	48.493
Depreciação e amortização	21	29.789	28.803
Encargos sobre outorga da concessão a pagar	17(ii) e 23	381	33.336
Provisão para manutenção técnica	21	8.170	4.305
Juros e variações monetárias, líquidas		26.939	33.243
Perda de crédito estimada	6 e 22	(5.738)	2.569
Provisão para outorga variável	17.iii	14.680	12.207
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis		1.154	1.252
Amortização do custo de captação	13(iii)	479	478
Reequilíbrio econômico-financeiro	1.2 e 17	(79.023)	(98.983)
Ganho na antecipação das outorgas	17 e 22.1	-	(154.957)
Outros ganhos ou perdas		1.141	-
<b>Variação dos ativos e passivos</b>			
Contas a receber		3.292	1.299
Estoque		352	(1.447)
Impostos a recuperar		5.884	(9.878)
Despesas antecipadas		1.105	1.634
Adiantamentos diversos		2.080	1.809
Deposito judicial		(206)	(91)
Fornecedores		(1.513)	2.844
Obrigações trabalhistas		4.109	1.679
Impostos a recolher		(40.532)	19.460
Repasses para terceiros		(740)	188
Partes relacionadas		(8.451)	(17.807)
Outorga da concessão a pagar		-	(15.972)
Outras contas a pagar		241	889
Adiantamento de clientes		5.361	(6.569)
<b>Caixa gerado pelas operações</b>		120.018	44.766
Juros pagos	13(iii)	(27.815)	(42.267)
Impostos sobre o lucro pago		(9.927)	(1.042)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		82.276	1.457
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aquisição do imobilizado	10	(557)	(402)
Adições ao intangível	11(ii)	(20.332)	(15.964)
Fundo restrito		(2.491)	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		(23.380)	(16.366)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Dividendos pagos	19.4	(24.348)	-
Pagamento de financiamento	13(iii)	(16.335)	(15.187)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		(40.683)	(15.187)
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		18.213	(30.096)
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
No início do exercício	5	39.077	69.173
No fim do exercício	5	57.290	39.077
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		18.213	(30.096)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/23	31/12/22
<b>RECEITAS</b>			
Receita bruta de serviços prestados	20	294.240	244.143
Receita de construção	20	16.105	14.144
Outras receitas (despesas) operacionais	22.1	71.713	240.326
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>			
Custos de construção		(16.105)	(14.144)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(98.775)	(98.747)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>		<b>267.178</b>	<b>385.722</b>
Depreciação e amortização	21	(29.789)	(28.803)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA</b>		<b>237.389</b>	<b>356.919</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>			
Receitas financeiras	23	15.558	17.028
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>		<b>252.947</b>	<b>373.947</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>			
<b>Pessoal:</b>			
Remuneração direta		28.463	23.981
Benefícios		9.568	8.726
FGTS		2.078	2.306
<b>Impostos, taxas e contribuições:</b>			
Federais		51.073	93.251
Estaduais		413	427
Municipais		14.387	12.214
<b>Remuneração de capitais de terceiros:</b>			
Encargos sobre outorga	23	381	33.336
Juros	23	32.780	35.413
Aluguéis		1.022	766
Outros		4.502	7.545
<b>Remuneração de capitais próprios:</b>			
Lucro retido		107.482	154.619
Dividendos	19.4	798	1.363
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO</b>		<b>252.947</b>	<b>373.947</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A. (“CASSA” ou “Companhia” ou “Concessionária”) foi constituída em 12 de junho de 2017 e tem por objeto social exclusivo a exploração, sob o regime de concessão do Aeroporto de Salvador - anteriormente denominado Aeroporto Deputado Luís Eduardo Magalhães (“Aeroporto de Salvador”), a prestação dos serviços de execução, gestão e fiscalização dos serviços necessários à ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto de Salvador.

##### 1.1. Contrato de concessão

Em 28 de julho de 2017, a Companhia e a Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC” ou “Poder Concedente”) assinaram o contrato de concessão do Aeroporto de Salvador, decorrente do Edital de concessão nº 01/2016, com o período correspondente a 30 anos extensível por mais 5 anos.

Integram a concessão os bens necessários para a prestação do serviço de exploração aeroportuária disponibilizados pelo poder público e incorporados pela Companhia. Os investimentos em obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, não são passíveis de reembolso. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a infraestrutura do complexo aeroportuário.

Adicionalmente, a Companhia pagará ao poder concedente contribuição variável no percentual de 5% sobre a receita bruta (não incidente sobre a receita de construção reconhecida como efeito da interpretação técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão).

Como parte das atividades de concessão, a Companhia será remunerada pelas receitas tarifárias de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia e receitas não tarifárias à exploração de atividades econômicas que envolvam a utilização de espaços no complexo aeroportuário.

A Companhia não presta serviços auxiliares ao transporte aéreo que não sejam remunerados por meio de receita tarifária.

##### 1.2. Reequilíbrios econômico-financeiros (REF)

Após a decisão da Organização Mundial da Saúde (“OMS”) de qualificar, em 11 de março de 2020, o surto da Doença Infecciosa COVID-19, como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional - ESPII (o mais alto nível de alerta da OMS, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional) e do entendimento da AGU, com o Parecer nº261/2020/CONJURMINFRA/CGU/AGU, que classificou a pandemia como evento de força maior, ficou garantido o direito ao Equilíbrio Econômico-Financeiro, previsto na Seção III Capítulo IV do Contrato de Concessão, à Concessionária.

Por meio das decisões 492 de 16 de dezembro de 2021 e 543 de 29 de junho de 2022, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do Contrato de Concessão por meio do reequilíbrio econômico-financeiro no valor de R\$97.462, composto de R\$96.178 relativo ao reequilíbrio de 2021 e R\$1.275 relativo a saldo residual do reequilíbrio de 2020. O total do reequilíbrio foi reconhecido no resultado do exercício no montante de R\$88.447, líquido de impostos.

Por meio da decisão 570 de 16 de novembro de 2022, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do Contrato de Concessão por meio do reequilíbrio econômico-financeiro do exercício de 2022 no valor de R\$95.826. No entanto, após essa decisão, a Companhia atualizou suas projeções com números realizados até 31 de dezembro de 2022 e recalculou o reequilíbrio para R\$94.070, o qual foi reconhecido, líquido de impostos, no resultado do exercício no montante de R\$85.369, vide nota explicativa 22.1.

Em dezembro de 2023, após a Decisão nº 644, publicada no Diário Oficial da União, a Companhia reconheceu o valor de R\$89.686 referente ao pleito de reequilíbrio 2023. No entanto, após essa decisão, a Companhia atualizou suas projeções com números realizados até 31 de dezembro de 2023 e recalculou o reequilíbrio para R\$79.023 (notas explicativas nº 9, nº 17 e nº 22.1).

### 1.3. Pagamento antecipado das Contribuições Fixas 2028-2047 em 2022

Em 2022, a Companhia optou pelo pagamento antecipado das outorgas fixas seguindo a Lei nº 14.174, de 17 de junho de 2021 e da Portaria do Ministério de Infraestrutura nº 455 de 21 de abril de 2022 os quais permitiram o desconto dos valores vincendos pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal (8,5%) acrescida de um bônus de 5%. O ganho com a antecipação das contribuições fixas resultou no montante de R\$154.957 em 2022 (vide notas explicativas nº 22.1 e nº 17.ii).

Além disso também foi pago o montante de R\$15.972 em recursos financeiros (vide nota explicativa nº 17.ii) e redirecionado os reequilíbrios de 2020 e de 2021 no montante de R\$224.000, conforme ofício do Ministério da Infraestrutura nº 580/2022/GAB - SFPP/SFPP.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão evidenciadas e correspondem às práticas utilizadas na sua gestão.

### Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

### 3. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As práticas contábeis materiais adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir.

#### 3.1. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

##### 3.1.1. Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; (b) ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado; e (c) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da natureza e finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

##### 3.1.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” - os quais não são aplicáveis à Companhia e “Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado (incluindo Outorga da Concessão a pagar, fornecedores e outras contas a pagar) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, acrescidos de multa por inadimplências.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

### 3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

#### Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los na apuração tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data de divulgação das demonstrações financeiras.

#### Benefício fiscal

A provisão para imposto de renda e contribuição social é individualmente calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes ao final do exercício, considerando-se os benefícios fiscais concedidos pela SUDENE. A parcela de redução do imposto de renda correspondente a incentivos fiscais é reconhecida no resultado, mas transferida da conta lucros acumulados para reserva de lucros no encerramento do exercício por não poder ser distribuída aos acionistas.

### 3.3. Outros ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

### 3.4. Ativos intangíveis

#### (i) Infraestrutura

Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operando e mantendo essa infraestrutura durante determinado prazo. O contrato de concessão estabelecido entre a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e a Companhia não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura. O contrato estabelece também o pagamento pela Companhia ao poder concedente em ativos financeiros além da obrigação de ampliação da infraestrutura existente. As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados aos usuários. Para o reconhecimento do ativo intangível, de acordo com a orientação técnica OCPC 05 - item 38, nos contratos de concessão consideram-se bens vinculados à concessão aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos.

Para os bens não vinculados à concessão, a orientação técnica OCPC 05 - item 40, descreve que esses ativos devem ser classificados no ativo imobilizado e que sejam aplicados os critérios de avaliação do pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado.

#### (ii) Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 11.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

#### (iii) Direito de outorga

O contrato de concessão obtido pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de execução. Dessa forma, o gasto com o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada pela curva de demanda ao longo do prazo da concessão.

### 3.5. Financiamento

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço (nota explicativa nº 13).

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

### 3.6. Outorga da concessão a pagar

Representa as obrigações a pagar ao Poder Concedente pelo direito de exploração do Aeroporto de Salvador que são registradas inicialmente a valor presente, amortizados pelas liquidações financeiras e estão registradas no passivo não circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento inferior a 12 meses após a data do balanço.

As despesas financeiras provenientes da atualização monetária são registradas no resultado do exercício, de acordo com a competência. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se a taxa de juros real de 8,5% a.a., taxa equivalente de mercado estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão.

### 3.7. Provisão para manutenção técnica

A Concessionária possui a prática de efetuar grandes paradas de manutenção técnica, em intervalos regulares durante a vida útil econômica do bem. Essas manutenções são efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho técnicos previstos. Para tal, é necessária a realização de programas de manutenção pesada, cujos custos estimados pela Companhia são provisionados em bases mensais, para refletir o total das despesas e dos gastos a incorrer no período planejado da manutenção. Vide nota explicativa nº 16.

### 3.8. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis estão descritos na nota explicativa nº 18.

### 3.9. Reconhecimento de receita

#### (i) Receitas de serviços prestados

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

Receita de serviços tarifários são reconhecidas quando há a efetiva utilização dos serviços, dos equipamentos, das instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contemplam as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia.

Receitas de serviços não tarifários contemplam a exploração de atividades econômicas no aeroporto de cessão de espaços, estacionamentos e outros serviços auxiliares às áreas comerciais do sítio aeroportuário. Estas receitas não são regidas por nenhuma regra estabelecida pelo poder concedente, são negociadas livremente entre as partes contratadas e registradas mediante a evidência dos serviços prestados.

#### (ii) Receita de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o IFRS 15 - Contratos de Construção. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços de construção, quando incorridos.

A administração entende, baseado em cálculos suporte, que a margem de supervisão das obras é imaterial para fins de mensuração. Logo, receita de construção é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, com margem próxima a 0%.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a receita e custo de construção representam o montante de R\$16.105 (R\$14.144 em 31 de dezembro de 2022).

### 3.10. Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). Como não há fatores diluidores, o lucro por ação básico e diluído são iguais.

### 3.11. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pelo órgão regulador, como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS nem pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para Companhias fechadas.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

### 3.12. Mudanças das práticas contábeis e divulgações Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC que são aderentes ao contexto operacional e financeiro são os seguintes:

#### Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Descrição da alteração
IAS 12/CPC 32: Tributos sobre o lucro - Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação	As alterações introduzem uma exceção temporária aos requisitos contábeis para impostos diferidos na norma internacional IAS 12, de modo a que uma entidade não reconheça nem divulgue informações sobre ativos e passivos diferidos relacionados com tributos sobre o lucro do Pilar Dois.
IFRS 17/CPC 50: Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021)	A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices.
Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade	As alterações substituem todos os exemplos do termo 'principais políticas contábeis' por 'informações materiais da política contábil'. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Norma	Descrição da alteração
Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros — Definição de Estimativas Contábeis	As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2023 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

#### Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

A Companhia avaliou os impactos nas divulgações das demonstrações financeiras referentes às IFRS novas e revisadas, conforme segue:

Norma	Descrição da norma
Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto
Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1)	Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com “covenants”
Alterações à IAS 7 e à IFRS 7	Acordos de Financiamento de Fornecedores
Alterações à IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”

Não houve novas publicações até a data de emissão dessas demonstrações financeiras.

#### 3.13. “Impairment” de ativos não financeiros

As revisões de “Impairment” de ativos não financeiros são realizadas anualmente ou se se houver indícios de que o ativo possa ter sofrido desvalorização.

Uma perda por “Impairment” é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, que representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram identificadas pela administração da Companhia evidências objetivas que justifiquem o registro de perdas de “Impairment”.

#### 4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS APRESENTADAS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações financeiras da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 incluem, portanto, estimativas que possuem risco de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas pelo método curva de demanda de passageiros, equivalente ao longo do prazo da concessão, e a projeção para reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base nas projeções dos lucros tributáveis futuros. Na determinação desses montantes foram utilizadas as alíquotas previstas para recuperação ou liquidação desses valores.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (nota explicativa nº 24).

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

(b) Provisão para manutenção técnica

As provisões para manutenções técnicas representam os gastos estimados para manter as superfícies pavimentadas do aeroporto nos níveis mínimos de qualidade, conforme critérios estabelecidos no contrato de concessão. Os valores são reconhecidos proporcionalmente à medida da passagem do tempo e foram levantados com base em estudos técnicos realizados internamente, de modo a refletir a melhor estimativa dos gastos que serão incorridos.

(c) Cálculo da Perda de crédito estimada (“PCE”)

Ao mensurar a PCE a Companhia usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros.

A inadimplência é uma estimativa da perda resultante da falta de pagamento dos clientes das faturas registradas no contas a receber. Ela se baseia na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor espera receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e as melhorias de crédito totais.

A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração da PECLD e representa uma estimativa da perda durante um período específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras, baseados ou negociações atuais.

## (d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece a amortização dos ativos intangíveis relativos à concessão no resultado do exercício de acordo com a curva de demanda de passageiros, respeitando os limites impostos pela vida útil inferior ao prazo de concessão, amortizados pelo método linear de acordo com a respectiva taxa de amortização, e de forma prospectiva, com base no prazo remanescente da concessão. O reconhecimento do valor justo do ativo intangível decorrente dos contratos de concessão está sujeito a premissas e estimativas, e o uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis. A estimativa de vida útil do ativo intangível também requer um significativo nível de premissas e estimativas (definição da curva de tráfego). O uso de diferentes premissas e estimativas, e mudanças futuras podem afetar a vida útil dos ativos intangíveis e podem ter um impacto relevante no resultado das operações.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fundo fixo	31	29
Bancos conta movimento	5.736	6.351
Aplicação financeira	51.523	32.697
	<u>57.290</u>	<u>39.077</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as aplicações financeiras são de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB e fundos de investimentos remunerados a taxas que variam entre 95% até 102% dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI para os exercícios de 2022 e de 2023.

## 6. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contas a receber - Concessão	37.943	41.235
( - ) Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa	(8.467)	(14.205)
	<u>29.476</u>	<u>27.030</u>

## (a) Movimentação da Perda de crédito estimada:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo no início do exercício	(14.205)	(11.636)
Provisões	(3.477)	(2.569)
Reversões	9.215	-
Provisões/Reversão líquida (nota explicativa nº 22)	<u>5.738</u>	<u>(2.569)</u>
Saldo no final do exercício	<u>(8.467)</u>	<u>(14.205)</u>

A Companhia sempre mensura a Perda de crédito estimada de contas a receber de clientes em um valor equivalente à PCE (Perdas de créditos esperadas). As perdas de crédito esperadas sobre contas a receber de clientes são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de inadimplência passada do devedor e em uma análise da provisão financeira atual do devedor, ajustadas com base em fatores específicos aos devedores, condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam e uma avaliação do curso atual e projetado das condições na data de relatório. A Companhia constituiu Perda de crédito estimada para a maior parte do contas a receber vencidas há mais de 90 dias e com base nas avaliações caso a caso de cada cliente.

(b) Composição por idade de vencimento (em dias)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
A vencer	26.858	25.757
< 30	2.055	3.092
31 - 60	509	2.321
61 - 90	156	49
91 - 120	189	63
> 120	8.176	9.953
	<u>37.943</u>	<u>41.235</u>

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	166	166
IRPJ e CSLL	-	10.557
Crédito de PIS e COFINS	5.166	701
Outros créditos tributários	1.180	972
	<u>6.512</u>	<u>12.396</u>

8. DESPESAS ANTECIPADAS

Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$1.791 (R\$2.896 em 2022), da rubrica despesas antecipadas, representa os gastos com seguros, os quais serão apropriados pelo prazo de cobertura dos contratos.

9. OUTROS ATIVOS

	<u>31/12/2023</u>
Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro	<u>64.343</u>
	<u>64.343</u>

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2, em dezembro de 2023, após a Decisão nº 644, publicada no Diário Oficial da União e após atualização das projeções com números realizados até 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu o valor de R\$79.023 referente ao pleito de reequilíbrio 2023.

A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato será realizada por meio da compensação das contribuições variáveis futuras devidas pela Concessionária (ver nota explicativa nº 17 (iii)). O saldo a ser deduzido das parcelas das contribuições variáveis vincendas a partir de 2024 deverá ser atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado entre 31 de dezembro de 2023 e o mês anterior ao do pagamento das contribuições variáveis devidas pela Concessionária, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 8,50% (oito inteiros e cinquenta centésimos por cento), estabelecida pela Resolução nº 528, de 28 de agosto de 2019, proporcional ao número de dias correspondente.

Os valores de Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro foram reconhecidos na rubrica de Outras Receitas Operacionais, líquido de impostos.

Abaixo demonstramos a movimentação do saldo do reequilíbrio:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo no início do exercício	-	-
Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro (nota explicativa nº 22.1)	79.023	-
Outorga variável (nota explicativa nº 17.iii)	<u>(14.680)</u>	<u>-</u>
Saldo no final do exercício	<u>64.343</u>	<u>-</u>

## 10. IMOBILIZADO

A composição e movimentação do imobilizado está representada a seguir:

### (i) Composição do imobilizado:

	Taxas anuais de depreciação	<u>31/12/2023</u>			<u>31/12/2022</u>
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10%	18	(5)	13	11
Máquinas e equipamentos	10%	<u>1.593</u>	<u>(300)</u>	<u>1.293</u>	<u>863</u>
		<u>1.611</u>	<u>(305)</u>	<u>1.306</u>	<u>874</u>

### (ii) Movimentação do imobilizado

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo no início do exercício	874	536
(+) Adição	557	402
(-) Depreciação	<u>(125)</u>	<u>(64)</u>
Saldo no final do exercício	<u>1.306</u>	<u>874</u>

## 11. INTANGÍVEL

A composição e movimentação do intangível está representada a seguir:

### (i) Composição do intangível

	Taxas anuais de amortização	31/12/2023			31/12/2022
		Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Direito de concessão	(*)	1.924.045	(151.782)	1.772.263	1.726.998
Software	20	10.210	(1.946)	8.264	5.219
Intangível em formação		13.875	-	13.875	72.658
		<u>1.948.130</u>	<u>(153.728)</u>	<u>1.794.402</u>	<u>1.804.875</u>

(\*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão foi reconhecida na rubrica de custos dos serviços prestados, considerando o prazo de concessão através do método da curva de tráfego ou método linear conforme a vida útil econômica do bem. Os itens referentes ao contrato de concessão são investimento para concessão (reforma e ampliação) e outorga. A média ponderada esperada para amortização dos ativos referentes ao contrato de concessão para o exercício de 2023 é 1,7744% a.a.

### (ii) Movimentação do intangível

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	1.804.875	1.817.650
(+) Adição ao intangível em formação	16.105	14.144
(+) Adição ao direto de exploração da infraestrutura	4.227	1.820
(-) Baixa	(1.141)	-
(-) Amortização	(29.664)	(28.739)
Saldo no final do exercício	<u>1.794.402</u>	<u>1.804.875</u>

### (iii) Redução do valor recuperável dos ativos ("Impairment")

Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 01/IAS 36, para bens com vida útil definida só é necessário realizar o teste de "Impairment" quando indícios forem identificados. Em 31 de dezembro de 2023 não foram identificados indícios de "Impairment" para que o teste fosse realizado.

## 12. FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores diversos	9.923	10.932
Outras contas a pagar	7.324	7.828
	<u>17.247</u>	<u>18.760</u>

## 13. FINANCIAMENTO

## (i) Composição

	<u>Moeda</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Banco do Nordeste (“BNB”)	R\$	464.071	481.261
Custo de captação	R\$	<u>(7.385)</u>	<u>(7.864)</u>
		<u>456.686</u>	<u>473.397</u>
(-) Circulante		17.327	27.768
Não circulante		439.359	445.629

Em 13 de junho de 2018, foi firmado um contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”) no valor de R\$516.718. O prazo de financiamento é de 240 meses, com carência de 36 meses, contados a partir da data da assinatura do contrato. Os encargos financeiros são com base na TFC - Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais, apurados mensalmente juntamente do principal. O bônus de adimplência é de 15% da taxa de juros anual. O contrato de financiamento com o BNB detinha como garantia fidejussória fianças bancárias prestadas por instituições financeiras (“Fiadores”) e fundo de reserva, essas fianças bancárias foram baixadas em setembro de 2022 e em seu lugar, de acordo com o quarto aditivo, foram oferecidas em garantia as ações do projeto e os direitos creditórios da concessão, além do compromisso de integralização de capital, já constante em contrato de concessão.

O quarto aditivo requer cumprimento de índices financeiros - “covenants” abaixo detalhado os quais, se não cumpridos resultará na obrigação adicional de elevar o fundo de liquidez em conta reserva em valor equivalente a 1 (uma) parcela da dívida:

- a) O comprometimento da capacidade de pagamento que é o somatório das parcelas de amortização de principal dividido sobre o lucro líquido considerando determinados ajustes contratuais. Esse “covenant” é apurado anualmente.
- b) Comprovação do atingimento do fluxo mensal mínimo de recebíveis de R\$13.773, sendo este o valor médio de créditos na conta centralizadora mantida provenientes das receitas tarifárias e não tarifárias. Esse “covenant” será apurado semestralmente considerando o fluxo médio da movimentação (créditos) na conta centralizadora mantida dos seis meses anteriores à apuração.

Entre as principais obrigações não-financeiras estão: sofrer protestos da dívida acima da ordem R\$10.000; suspender as atividades operacionais por mais de 90 (noventa) dias; não cumprir com o reforço das garantias dos créditos em até 30 (trinta) dias após notificação do BNB; pedir recuperação judicial ou decretar falência; realizar alterações no controle acionário sem expressa anuência do BNB Exceto se a VINCI Airports mantiver o controle direto ou indireto da Companhia. A Companhia possui todas as obrigações relacionadas aos contratos de dívida (“covenants”) atendidas em 31 de dezembro de 2023.

(ii) Prazo de vencimento

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
2023	-	29.395
2024	17.806	17.338
2025	19.163	18.659
2026	21.230	20.672
2027	23.781	23.156
2028	25.714	29.465
2029 até 2038	356.377	342.576
	<u>464.071</u>	<u>481.261</u>

(iii) Movimentação

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo no início do exercício	473.397	494.960
( + ) Despesas com juros (nota explicativa nº 23)	26.960	35.413
( - ) Pagamento de principal	(16.335)	(15.187)
( - ) Juros pagos	(27.815)	(42.267)
( + ) Amortização do custo de transação	479	478
Saldo no final do exercício	<u>456.686</u>	<u>473.397</u>

(ii) Fundo restrito

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da rubrica de Fundo restrito no montante de R\$26.912 sendo R\$24.055 de principal e R\$2.857 de juros (R\$24.421 em 31 de dezembro de 2022), é mantido como garantia de pagamento do valor correspondente as três maiores parcelas do financiamento com o BNB. A aplicação é remunerada a uma taxa de aproximadamente 100% da SELIC.

14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão de férias	3.736	3.404
Outras obrigações	9.822	6.045
	<u>13.558</u>	<u>9.449</u>

## 15. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas são:

	31/12/2023			
	Saldo Contábil		Transações	
	Ativo	Passivo	Dividendos a pagar	Despesas
Vinci Airports SAS (i)	695	15.607	(710)	7.961
Concessionária dos Aeroportos da Amazônia (ii)	35.501	-	-	(15.401)
Vinci Concessions (iii)	-	4.414	-	1.248
Vinci Airports Brasil - Participações Ltda.	-	88	(88)	-
Vinci Mobility (iv)	-	-	-	957
Vinci Siege Social (iv)	-	22	-	22
Vinci Highways do Brasil (iv)	357	-	-	(357)
Cabo Verde Airports (iv)	24	-	-	(24)
<b>Total</b>	<b>36.577</b>	<b>20.131</b>	<b>(798)</b>	<b>(5.594)</b>

	31/12/2022		
	Saldo Contábil		Transações
	Ativo	Passivo	Despesas
Vinci Airports SAS (i)	695	16.559	7.184
Concessionária dos Aeroportos da Amazônia (ii)	28.034	-	(20.101)
Vinci Concessions (iii)	-	3.167	1.420
Vinci Airports Brasil - Participações Ltda.	-	153	-
Vinci Mobility (iv)	-	57	480
<b>Total</b>	<b>28.729</b>	<b>19.936</b>	<b>(11.017)</b>

- (i) Refere-se a reembolso de despesas incorridas pelo acionista VINCI Airports SAS, relativos à contratos de prestação de serviços técnicos e de administração, dividendos obrigatórios, licença de ativos intangíveis e reembolso de despesas.
- (ii) Refere-se a reembolso dos gastos de pessoal (“sharing cost agrément”) incorridos para a Concessionária Aeroportos da Amazônia, de profissionais de áreas diversas que atuam em determinados períodos, como por exemplo durante o período de obras, assim como profissionais que atuam de maneira contínua para ambas as Concessionárias.
- (iii) Refere-se a reembolso dos gastos relativos ao pagamento de ações do programa CASTOR.
- (iv) Refere-se a reembolso de gastos de pessoal incorridos durante determinados períodos.

Não foram dadas ou recebidas nenhuma garantia em relação aos valores aqui apresentados.

Os valores pagos ao pessoal-chave da administração à título de remuneração estão demonstrados nas notas explicativas nº 21 e nº 22.

## 16. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO TÉCNICA

Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$27.076 (R\$18.906 em 31 de dezembro de 2022) da rubrica provisão para manutenção técnica representa os gastos previstos para realização de programas de manutenção pesada, referentes principalmente às pistas de pouso e decolagem, em intervalos regulares.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Circulante	2.470	2.470
Não circulante	24.606	16.436
	<u>27.076</u>	<u>18.906</u>

### Movimentação

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo no início do exercício	18.906	14.601
( + ) Provisão	4.506	18.841
( + ) Juros	5.820	-
( - ) Reversão	(2.156)	(14.536)
Saldo no final do exercício	<u>27.076</u>	<u>18.906</u>

## 17. OUTORGA DA CONCESSÃO A PAGAR

### Premissas do reequilíbrio

Para realização dos reequilíbrios econômico-financeiros, conforme previsto no Anexo 5 do contrato de concessão, foi projetado um fluxo de caixa marginal de forma que fosse nulo a valor presente, líquido dos efeitos do desequilíbrio ocasionados pela pandemia, considerando os fluxos dos dispêndios e receitas marginais resultantes da pandemia.

Para projeção dos dispêndios, foram considerados critérios históricos e de mercado para projetar custos e despesas.

Para as projeções das receitas, foi considerada a demanda real verificada nos anos anteriores e adoção das melhores práticas de mercado para projetar a demanda até o final de 2020, de 2021, de 2022 e de 2023.

Para a taxa de desconto para o fluxo de caixa marginal, foi utilizado o WACC Regulatório de 8,5%, previsto em contrato para fins de reequilíbrio. Por meio da decisão 644 de 7 de dezembro de 2023, a Diretoria colegiada da ANAC aprovou a revisão extraordinária do contrato de concessão em razão dos prejuízos causados pela pandemia no ano de 2023, com o objetivo de recompor o seu reequilíbrio econômico-financeiro. O valor referente ao reequilíbrio verificado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$79.023 (nota explicativa nº 1.2) este valor foi integralmente reconhecido no resultado deduzido de PIS e COFINS no valor de R\$7.309.

(i) Outorga fixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contribuição futura fixa	51	71
( - ) AVP	(1.494)	(1.214)
Encargos sobre outorga de concessão a pagar	<u>4.737</u>	<u>4.077</u>
	<u>3.294</u>	<u>2.934</u>

A outorga futura fixa apresenta um valor nominal de R\$3.294 tendo sido utilizado uma taxa real de desconto de 8,5 % a.a. para o cálculo do valor presente. Após as compensações e pagamentos realizados, o novo cronograma de pagamentos da outorga fixa será a partir do 10º ano de concessão (vide nota explicativa nº 1).

(ii) Mapa de movimentação das outorgas fixa e variável

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo no início do exercício	2.934	227.303
(+) Atualização de juros (nota explicativa nº 23)	381	33.336
(+) Provisão para outorga variável (nota explicativa nº 21)	14.680	12.207
(-) Compensação com reequilíbrio 2023 (nota explicativa nº 9)	(14.680)	-
(-) Ganho na antecipação das parcelas (nota explicativa nº 22.1)	-	(154.957)
(-) Compensação com reequilíbrio 2022 (nota explicativa nº 1)	(21)	(98.983)
(-) Pagamento antecipação outorga fixa (nota explicativa nº 1.3)	-	(15.972)
Saldo no final do exercício	<u>3.294</u>	<u>2.934</u>

(iii) Outorga variável

Com a inclusão da outorga variável no reequilíbrio econômico-financeiro aprovado pela ANAC, a outorga apurada em 2023 no valor de R\$14.680 será compensada em 2024 e a outorga apurada em 2022 no valor de R\$12.207 foi compensada. Demonstramos abaixo a memória de cálculo da outorga variável conforme estabelece o contrato de concessão:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita bruta antes das deduções	294.240	244.143
Cancelamentos	(641)	-
	<u>293.599</u>	<u>244.143</u>
Percentual <sup>1</sup>	5%	5%
Contribuição variável (nota explicativa nº 9)	<u>14.680</u>	<u>12.207</u>

<sup>1</sup> Conforme contrato de concessão

## 18. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CIVEIS

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia é ré em ações de causa indenizatórias no valor de R\$6.073 (R\$4.919 em 2022) classificadas, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, como de perda provável, relacionadas a processos cíveis. Abaixo segue mapa de movimentação:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo no início do exercício	4.919	2.536
( + ) Provisão	9.206	1.252
( - ) Reversão	(8.052)	-
( - ) Reclassificação para impostos a recolher	-	(2.310)
( + ) Reclassificação obrigações trabalhistas	-	3.441
Saldo no final do exercício	<u>6.073</u>	<u>4.919</u>

A Companhia também tem ações de natureza trabalhista, cível e administrativa envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis no montante estimado de R\$846 (R\$5.508 em 2022).

## 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 19.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o capital social e o quadro acionário da Companhia estão representados a seguir:

Acionista	Participação	Ações nominais	Subscrito	A integralizar	2023	2022
					Capital - R\$ Integralizado	Capital - R\$ Integralizado
Vinci Airports SAS	88,97%	1.024.113	1.024.113	1.373	1.022.740	1.022.740
Vinci Airports Brasil - Participações Ltda.	11,03%	126.931	126.931	3.065	123.865	123.865
	<u>100,00%</u>	<u>1.151.044</u>	<u>1.151.044</u>	<u>4.438</u>	<u>1.146.605</u>	<u>1.146.605</u>

### 19.2. Reserva de capital

#### 19.2.1. Custos na emissão de ações

A Companhia registra todos os custos das operações com emissão de ações em rubrica específica. Esses valores referem-se a certos gastos diretamente ligados à operação de aumento de capital. O saldo dessa operação para 31 de dezembro de 2023 e de 2022 monta o valor de R\$3.804.

#### 19.2.2. Reserva de capital - Transações de capital.

Refere-se a transações entre acionistas utilizadas para aumento de capital.

## 19.3. Reservas de lucros

## 19.3.1 Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. No exercício de 2023 a Companhia constituiu o montante de R\$5.414 (R\$7.799, em 2022) de reserva legal. A reserva tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente pode ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	108.821	155.982
Percentual	5%	5%
Reserva legal	<u>5.414</u>	<u>7.799</u>

## 19.3.2 Reserva de incentivos fiscais

A companhia constituiu reserva de incentivo fiscal no montante de R\$23.060 (R\$11.851, em 2022) referente a fruição do regime de redução de 75% do IRPJ da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

## 19.4 Dividendos pagos e propostos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Abaixo demonstramos o cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	108.280
Reserva legal	(5.414)
Reserva de incentivo fiscal	<u>(23.060)</u>
Base para dividendos mínimos obrigatórios	79.807
Percentual estatutário	<u>1%</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,69 centavos por ação)	<u>(798)</u>

Foram pagos proporcionalmente de acordo com a participação das acionistas Vinci Airports SAS e Vinci Airports Brasil - Participações Ltda. durante o exercício de 2023, os dividendos adicionais e obrigatórios propostos acumulados, totalizando o montante de R\$24.348, conforme quadro abaixo:

	<u>Total</u>
Dividendos de 2019 (R\$7,54 centavos por ação)	8.514
Dividendos de 2020 (R\$0,31 centavos por ação)	360
Dividendos de 2021 (R\$0,41 centavos por ação)	474
Dividendos de 2022 (R\$13,03 centavos por ação)	<u>15.000</u>
	<u>24.348</u>

Os dividendos adicionais, no montante de R\$40.000, propostos pela Administração “ad referendum” da Assembleia dos Acionistas, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas de interpretação técnica ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendo, e serão pagos em data a ser definida pelos acionistas em Assembleia Geral.

## 20. RECEITA DOS SERVIÇOS PRESTADOS

### (a) Receita líquida operacional

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita de embarque e conexão	136.582	109.004
Receita de pouso e permanência	36.578	30.171
Receita de armazenagem e capatazia	16.072	18.126
Receita de cessão de espaço	96.926	80.638
Outras receitas	8.082	6.204
	<u>294.240</u>	<u>244.143</u>
(-) Impostos sobre faturamento	(38.373)	(31.639)
(-) Devoluções e cancelamentos	(641)	-
	<u>255.226</u>	<u>212.504</u>

### (b) Receita de construção

Em 31 de dezembro de 2023, o montante referente a receita de construção foi de R\$16.105 (R\$14.144 em 31 de dezembro de 2022).

## 21. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

### (a) Custo operacional

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Operações aeroportuárias	(35.545)	(35.067)
Depreciação e amortização (notas explicativas nº 10 e nº 11)	(29.789)	(28.803)
Gastos gerais	(19.371)	(17.300)
Conservação e manutenção	(18.214)	(14.075)
Outorga variável (nota explicativa nº 17.iii)	(14.680)	(12.207)
Custos com pessoal	(13.216)	(15.456)
Seguros e garantias	(5.018)	(5.778)
Honorários da diretoria	(4.353)	(4.128)
Material, equipamentos e veículos	(3.090)	(2.756)
Provisão de manutenção técnica	(2.349)	(4.305)
	<u>(145.625)</u>	<u>(139.875)</u>

## (b) Custo de construção

Os custos de obra de infraestrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as orientações contidas na interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

A Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$16.105 (R\$14.144 em 31 de dezembro de 2022) como custo de construção.

## 22. DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Despesas gerais e administrativas</u>		
Despesas com pessoal	(27.835)	(20.606)
Honorários da diretoria	(1.575)	(1.550)
Comunicação, marketing e publicidade	(1.778)	(1.402)
Viagens	(1.586)	(1.072)
Consultoria e assessoria	(718)	(732)
Outros gastos gerais e administrativos	(2.237)	(1.868)
Total das despesas gerais e administrativas	<u>(35.729)</u>	<u>(27.230)</u>
<u>Despesas com vendas</u>		
Perda de crédito esperada (nota explicativa nº 6)	5.738	(2.569)
Outras despesas com vendas	(60)	(222)
Total das despesas com vendas	<u>5.678</u>	<u>(2.791)</u>
Total das despesas gerais, administrativas e de vendas	<u>(30.051)</u>	<u>(30.021)</u>

## 22.1 outras receitas (despesas) operacionais

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita de reequilíbrio econômico-financeiro (nota explicativa nº 1.2)	79.023	94.070
(-) PIS e COFINS sobre reequilíbrio	(7.310)	(8.701)
	<u>71.713</u>	<u>85.369</u>
Ganho na antecipação das outorgas (nota explicativa nº 17)	-	154.957
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(1.154)	(1.252)
	<u>70.559</u>	<u>239.074</u>

## 23. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicação financeira	6.987	7.040
Juros recebidos	6.861	1.483
Outras receitas financeiras	1.672	3.797
Efeito encargos - reequilíbrio	21	4.685
Descontos obtidos	17	23
Total da receita financeira	<u>15.558</u>	<u>17.028</u>

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre financiamento (nota explicativa nº 13.ii)	(26.960)	(35.413)
Juros sobre passivos de longo prazo	(5.820)	-
Encargos sobre a outorga de concessão (nota explicativa nº 17.ii)	(381)	(33.336)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(137)	(58)
Variação cambial passiva	(418)	(187)
Outras despesas financeiras	(3.946)	(7.265)
Total das despesas financeiras	<u>(37.662)</u>	<u>(76.259)</u>
Total do resultado financeiro	<u>(22.104)</u>	<u>(59.231)</u>

#### 24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

##### (i) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui registrados impostos diferidos passivos líquidos no montante de R\$40.388 (R\$42.600 ativos em 31 de dezembro de 2022), calculados sobre diferenças temporárias, a alíquota de 34%, conforme abaixo demonstrado.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ganho na antecipação das parcelas	151.590	154.957
Perda de crédito estimada	(8.467)	(14.205)
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis (*)	(3.441)	(1.478)
Provisão para manutenção técnica	(27.076)	(18.906)
Provisão para participação nos lucros	(6.670)	(4.373)
Outros	5.970	9.300
Total das provisões temporárias	<u>118.788</u>	<u>125.295</u>
Alíquota combinada dos impostos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	6.960	5.893
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	<u>(47.348)</u>	<u>(48.493)</u>
	<u>(40.388)</u>	<u>(42.600)</u>

## (ii) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	128.004	222.451
Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social à alíquota de 34%	(43.521)	(75.633)
Adições permanentes		
Ajuste a valor presente outorga	(2.902)	(6.713)
Exclusões permanentes		
Efeitos de ajuste a valor presente - outorga da concessão	2.775	3.462
Outras exclusões permanentes	864	564
Incentivo fiscal	<u>23.060</u>	<u>11.851</u>
Efeito de IRPJ e CSLL no resultado	<u>(19.724)</u>	<u>(66.469)</u>
IRPJ e CSLL diferidos	2.212	(48.493)
IRPJ e CSLL correntes	(44.996)	(29.827)
Incentivo fiscal	23.060	11.851
Total da receita (despesa) com IRPJ e CSLL	<u>(19.724)</u>	<u>(66.469)</u>

Durante o exercício de 2023, foram pagos antecipadamente com base em balancetes de redução e suspensão o montante de R\$9.927 de IRPJ e CSLL.

## (iii) Incentivo fiscal

A Companhia é beneficiária do regime de redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, com início em 1º de janeiro de 2019 e término em 31 de dezembro de 2028, conforme Laudo Constitutivo nº 0289/2019, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), constante do Processo Administrativo Fiscal nº 10580.720550/2019-37. O referido benefício está limitado exclusivamente à atividade de exploração do aeródromo. A Companhia reconheceu em 2023 montante de R\$23.060 (R\$11.851 em 2022) referente à subvenção em conta de resultado.

## 25. COBERTURA DE SEGURO

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência até</u>	<u>Cobertura</u>
Responsabilidade civil aeronáutica	dezembro/2024	USD 750.000*
Responsabilidade civil aeronáutico excesso AVN 52g	dezembro/2024	USD 500.000*
Riscos operacionais (“property”)	dezembro/2024	2.278.204
Risco diversos (terrorismo)	dezembro/2024	340.000
“Performance bond”	janeiro/2027	161.018
Responsabilidade civil ambiental	março/2025	38.000
Responsabilidade civil geral	março/2025	10.000
Seguro frota	janeiro/2025	1.500

\* Valor em milhares de dólares

#### Seguro de responsabilidade civil aeronáutica (STARR)

Seguro tem por objetivo garantir indenização e/ou reembolso de despesas incorridas até o limite contratado, em decorrência da realização dos riscos cobertos, conforme estabelecido nas condições gerais, especiais e particulares, em decorrência do exercício das suas funções como Operador Aeroportuário (Administração dos Aeroportos). Com vigência até 31 de dezembro de 2024 com um limite de indenizações em caso de sinistro de U\$S750.000.

#### Excesso de Guerra (AVN 52G- STARR)

A Companhia contratou cobertura adicional ao Seguro de Responsabilidade Civil Aeronáutica, com limite combinado de indenização no valor de U\$S500.000. A cobertura abarca as quantias devidas e/ou reembolsar as despendidas, pelo Segurado, na reparação de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros, e/ou nas ações emergenciais empreendidas para tentar evitá-los e/ou minorá-los, decorrente da Responsabilidade Civil Aeronáutica Riscos de Guerra, Sequestro e outros Riscos Correlatos, Responsabilidades Aeronáuticas - AVN 52G, em excesso à apólice primária, no exercício de funções decorrentes ou em conexão com suas operações de aviação, como proprietário e operador do respectivo Aeroporto do Segurado. O seguro possui vigência até 31 de dezembro de 2024.

#### Seguro riscos operacionais (“property”) (AIG Seguros)

A Companhia contratou a cobertura de seguro no valor de R\$2.278.204 para cobertura e proteção patrimonial de bem público em concessão representado pelo Aeroporto de Salvador, que compreende todos os itens relacionados nas categorias de prédios e edificações, MMU (Máquinas, Móveis e Utensílios) e lucros cessantes, a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até 31 de dezembro de 2024 e cobertura variável de acordo com os eventos ocorridos.

#### Seguro de riscos diversos (terrorismo) (CHUBB)

Seguro com vigência até 31 de dezembro de 2024 com cobertura de seguro no valor de R\$340.000 para cobertura e proteção patrimonial de bem público em concessão representado pelo Aeroporto de Salvador, que compreende todos os itens relacionados nas categorias de prédios e edificações, MMU (Máquinas, Móveis e Utensílios) e lucros cessantes, a título de reparação de danos causados por atos de terrorismo e vandalismo, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, e cobertura variável de acordo com os eventos ocorridos.

#### Seguro “performance bond” (Potencial)

Este seguro abrange as obrigações no contrato de concessão com cobertura de R\$161.018. O seguro tem a finalidade de garantir à ANAC as obrigações contratuais da concessão, com vigência até 28 de janeiro de 2027.

#### Seguro de responsabilidade civil ambiental (AXA)

A Companhia, contratou a cobertura de seguro no valor de R\$38.000 com vigência até 20 de março de 2025 para indenizações por danos civis, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

Seguro Responsabilidade Civil Geral (Berkley)

Fica entendido e acordado que o presente seguro indenizará as quantias mensuráveis pelas quais o segurado seja civilmente responsável a pagar, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo expressamente autorizado pela seguradora à responsabilização civil do Segurado por danos corporais e/ou materiais, causados às empresas prestadoras de serviços de manutenção, limpeza e pequenas obras ou quaisquer terceiros, que, assim como o segurado prestem serviços em um mesmo local. O seguro possui vigência até 7 de março de 2025.

Seguro Frota (Tokio Marine)

A Companhia contratou Seguro Frota com Limite Máximo de Cobertura equivalente a 1,5 milhão de reais, que garante ao Segurado, quando caracterizada a indenização integral do veículo sinistrado, o pagamento de quantia variável, por Danos Causados à terceiros pelos veículos que integram a frota da Concessionária. O seguro possui vigência até 1º janeiro de 2025.

## 26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

## a) Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado - taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva determinam as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

## b) Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, que elaboraram um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

	Maturidade dos pagamentos				Total
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Maior que 5 anos	
Fornecedores	17.247	-	-	-	17.247
Provisões para manutenção técnica	2.470	3.786	3.991	16.829	27.076
Outorga da concessão a pagar	-	-	3.294	-	3.294
Financiamento	18.140	43.053	84.634	471.867	617.694
Total	<u>37.857</u>	<u>46.839</u>	<u>91.919</u>	<u>488.696</u>	<u>665.311</u>

c) Gestão do risco de capital

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Financiamentos	13	456.686	473.397
Outorga da concessão a pagar	17	3.294	2.934
Menos: Caixa e equivalente de caixa	5	(57.290)	(39.077)
Menos: Fundo restrito	13(iv)	(26.912)	(24.421)
Dívida líquida		<u>375.778</u>	<u>412.833</u>
Total do patrimônio líquido		1.392.616	1.309.482
Índice de alavancagem financeira (%)		<u>27%</u>	<u>32%</u>

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

d) Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado.

Taxas de juros e inflação

A Companhia está exposta a riscos de oscilações do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA o qual é base para correção do passivo da outorga da concessão.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia tem a possibilidade de incorrer em perdas devido oscilações nas taxas de câmbio, que podem aumentar suas despesas financeiras relativas às operações com fornecedores, assim como uma redução em suas receitas financeiras nas operações derivadas pelo terminal de cargas e aeronaves.

A volatilidade das oscilações de câmbio é monitorada continuamente pela Companhia.

## Análise de sensibilidade da taxa de juros

As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base na exposição às taxas de juros de instrumentos derivativos e não derivativos na data de relatório. Para passivos com taxas de juros variáveis, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto na data de relatório estava em aberto durante todo o exercício. Um aumento ou uma redução de 10 pontos base é usado ao reportar o risco de taxa de juros internamente para o pessoal-chave da Administração e representa a avaliação da Administração da alteração razoavelmente possível nas taxas de juros. No quadro Abaixo, consideramos no cenário I a taxa de juros atual, no cenário II uma redução de 10 pontos base e para o cenário III um aumento de 10 pontos base:

Operação	Risco	Taxa	Saldo em			
			31/12/2023	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Caixa e equivalentes de caixa	CDI*	-3,18	57.290	(1.823)	(1.367)	(911)
Financiamento	IPCA*	4,62%	456.686	21.099	26.374	31.648

\* As taxas de CDI e IPCA utilizadas na tabela de sensibilidade como cenário provável foram obtidas no Banco Central do Brasil e IBGE, respectivamente.

## e) Risco regulatório

Para riscos regulatórios a Companhia possui uma equipe de especialistas para acompanhar e endereçar esses riscos além de seguros contratados para cobertura, minimizando tais riscos.

## f) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2023 aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

## g) Classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos apresentados abaixo são mensurados pelo custo amortizado e não há variações significativas quando comparados com seu valor justo.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Ativos financeiros</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	57.290	39.077
Contas a receber	29.476	27.030
Adiantamentos diversos	2.070	4.150
Total dos ativos circulantes	<u>88.836</u>	<u>70.257</u>
<u>Passivos financeiros</u>		
Fornecedores	17.247	18.760
Adiantamento de clientes	10.253	4.892
Financiamento	456.686	473.397
Outras contas a pagar	13.544	13.304
Total dos passivos circulantes	<u>497.730</u>	<u>510.353</u>

## 27. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO BÁSICO E DILUIDO

O lucro líquido básico por lote de ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Concessionária	108.280	155.982
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	1.146.605	1.146.605
Lucro líquido por ação básico e diluído - R\$	<u>0,0944</u>	<u>0,1360</u>

## 28. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa; portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Compensação do reequilíbrio com outorga	<u>-</u>	<u>98.983</u>

## 29. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto completo das demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e concluíram que as referidas demonstrações traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e as aprovaram em 10 de maio de 2024.